



Carlos Coelho avisa o Conselho: "Não queremos mais atrasos no SIS"

Parlamento Europeu aprova em Estrasburgo por expressiva maioria dois relatórios do Deputado Carlos Coelho sobre a migração para o SIS 2 (Sistema de informação de Schengen)

Pg. 16



SEE YOU... LATER ?

Cameron está acochado no seu partido por uma **ala eurocética** feroz e activa. E sofre a concorrência do UKIP que **defende que o Reino Unido abandone a União Europeia**.

Cameron prometeu um referendo para que os britânicos digam se o seu País deve ou não manter-se na UE, defendendo que só devem manter-se se houver um "step back" na dinâmica de integração e for permitido ao Reino Unido apenas participar nas áreas em que isso lhes for conveniente.

Quero ser claro: **Prefiro que não saiam**. Mas não têm o direito de permanentemente **pôr em causa o que conseguimos construir** em várias décadas de projecto europeu.

Mário David disse (e bem) que é lícito que queiram apenas um Mercado Comum mas que **para isso podem pertencer ao Espaço Económico Europeu**. O que os britânicos não podem é dizer que só **continuam na União se ela deixar de ser União** para ser apenas Mercado Comum.

E também acho que é melhor um **divórcio civilizado** do que um **casamento forçado**.

See You...

União Bancária Parecer de Paulo Rangel aprovado na Comissão de Assuntos Constitucionais

Pg. 3

Programa Erasmus em risco por culpa dos Estados-Membros

Denuncia José Manuel Fernandes

Pg. 5

Horizonte 2020 Aprovado relatório de Graça Carvalho na Comissão de Indústria



Pg. 2

Relatório do Programa Específico de Execução do Horizonte 2020

aprovado por unanimidade na Comissão de Indústria do Parlamento Europeu

O Relatório do Programa Específico de Execução do Horizonte 2020 da autoria de Maria da Graça Carvalho, foi aprovado por unanimidade na reunião da Comissão de Indústria, Investigação e Energia do Parlamento Europeu.

O texto reage ao documento que a Comissão Europeia apresentou em 30 de Novembro de 2011 e irá *“definir em detalhe as temáticas prioritárias para a investigação e inovação para o período de 2014-2020.”* As três prioridades estabelecidas no Horizonte 2020: a *“Excelência Científica”*, a criação de *“Liderança Industrial”* e respostas aos *“Desafios Societais”*.

Para a Deputada *“este programa é o instrumento de financiamento mais importante de que dispõe a União Europeia para inovação e investigação. O Horizonte 2020 é crucial para a Europa sair da crise. Se a Europa quer crescer tem de ser competitiva em inovação e investigação.”*

Para além da Excelência como principal critério para a participação, o novo programa propõe a criação de sinergias com os Fundos Estruturais. Segundo a relatora *“o Horizonte 2020 deverá ser articulado e complementado com os Fundos Estruturais. Estes deverão, por um lado, capacitar o tecido empresarial, através de financiamento aos equipamentos e aos recursos humanos, a desenvolver projectos nas áreas prioritárias do Horizonte 2020 e, por outro, a valorizar os resultados da investigação desenvolvida ao abrigo do Horizonte 2020”*.

Em relação à indústria, Graça Carvalho defende que o *“Horizonte 2020 pretende incentivar a intervenção activa das pequenas e médias empresas europeias - essenciais para a melhoria da competitividade da economia; contrariando assim a tendência dos últimos anos nos quais a participação da indústria nos programas europeus de ciência e inovação tem vindo a decair”*.

Outra das novidades do programa é a preocupação de criar condições para aumentar o



emprego dos jovens cientistas; *“o emprego jovem é um problema que a Europa tem de encarar de frente. Por isso as regras de participação nos projectos serão desenhadas de modo a envolver o maior número possível de investigadores ainda desvinculados dos centros de investigação. Assim o programa contribuirá também para contrariar a fuga de cérebros do espaço europeu”*.

O programa apresenta soluções científicas e técnicas para os problemas que a sociedade actual enfrenta, com grande ênfase na saúde, envelhecimento activo, energia limpa, bioeconomia e transportes sustentáveis.

Dentro do terceiro pilar dedicado aos desafios societais, a relatora introduziu temas de grande interesse para Portugal como o mar, e as florestas.

As negociações entre o Parlamento Europeu, o Conselho Europeu e a Comissão Europeia, começaram em Janeiro. 



Parecer de Paulo Rangel sobre União Bancária aprovado por larga maioria



“É preciso transformar o BCE num verdadeiro banco central. Este pode ser um primeiro passo para rever as funções deste banco, hoje ainda muito confinadas à estabilidade dos preços.”

O Deputado ao Parlamento Europeu, Vice-Presidente do Grupo PPE e Chefe da Delegação Portuguesa do PSD, Paulo Rangel entende que **a supervisão bancária deveria ficar a cargo do BCE e não de uma nova autoridade ou da já estabelecida autoridade bancária europeia**. Paulo Rangel é o relator do parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais para a Autoridade Bancária Europeia, no quadro da legislação que vai estabelecer o mecanismo único de supervisão bancária.

No parecer aprovado esta manhã na Comissão dos Assuntos Constitucionais por larga maioria, Paulo Rangel considera essencial que a competência da supervisão seja entregue ao BCE, para **“transformar este Banco num verdadeiro banco central. Este pode ser um primeiro passo para rever as funções do BCE, hoje ainda muito confinadas à estabilidade**

dos preços” – afirmou o Deputado durante o debate que antecedeu a votação.

O parecer de Paulo Rangel aponta ainda para um conjunto de garantias a dar aos Estados fora do euro que queiram participar do mecanismo de supervisão, mas sem beliscar a competência última do Conselho de Governadores do BCE (que, segundo os tratados, só pode incluir membros da zona euro). **“É preciso assegurar a igualdade de tratamento e participação dos Estados Membros da UE, estejam ou não na zona euro!”**, afirma Paulo Rangel

Paulo Rangel sublinha: **“há muitos Estados fora da zona euro que querem entrar no mecanismo de supervisão, mas temem que a inserção da supervisão no BCE possa prejudicá-los pois não podem integrar o Conselho de Governadores, por não estarem na moeda única.”** O autor do Parecer refere a este propósito que **“ao insistir na função primacial do BCE, pretendo também estimular a futura adesão desses estados participantes do mecanismo de supervisão à zona euro.”**

A questão constitucional e institucional só se resolverá adequadamente numa futura revisão dos tratados. Nessa futura revisão, a estrutura de governo do BCE deveria vir a replicar a lógica hoje existente entre o Eurogrupo e o Ecofin. Para as decisões de política monetária, funcionaria um conselho de governadores restrito à zona euro; para as decisões de supervisão um conselho alargado aos países que sejam participantes.

Independentemente das questões constitucionais Paulo Rangel considera que a solução que passa pela escolha do Banco Central Europeu como entidade de supervisão reúne várias vantagens: **“A grande experiência do BCE nas matérias relacionada com a estabilidade financeira contribui para aumentar a credibilidade e a implementação do mecanismo único de supervisão. Além disso na maior parte dos Estados Membros os bancos centrais têm competências de supervisão pelo que esta é uma boa oportunidade para reforçar o papel do BCE e torná-lo num verdadeiro banco central. Esta solução tem ainda a vantagem de não aumentar a complexidade da arquitectura institucional europeia.”** salienta Paulo Rangel. 

E os jovens no desemprego?

Regina Bastos interrogou o Comissário Europeu

Foi com esta pergunta directa ao Comissário Europeu que a Deputada **Regina Bastos** participou no debate sobre a iniciativa da Comissão Europeia Garantia da Juventude. A Deputada Social Democrata também afirmou:

“Estamos a começar o ano com níveis de desemprego dramaticamente históricos.

O meu país, Portugal, tem a terceira taxa mais elevada de desemprego jovem da União Europeia e está a viver uma vaga de emigração de dimensão semelhante a da grande saída dos anos 60 do século passado.

A grande diferença é que esta vaga afecta sobretudo os jovens licenciados sem perspectivas de trabalho.

Os recém-licenciados estão a procurar uma saída profissional fora do meu país.

É claro que este fenómeno contribui para o agravamento da situação económica, já de si fragilizada.

Na União Europeia os custos da não integração dos jovens no mercado de trabalho ascende a 150 mil milhões de euros por ano, segundo o Eurofound.

Neste contexto, saudamos a introdução da Garantia à Juventude.

É muito importante a gestão financeira para que a execução da Garantia à Juventude seja possível e tenha êxito.

Para isso impõe-se a eficiente utilização dos fundos estruturais a par da cooperação muito estreita os entre parceiros sociais, as autoridades nacionais, locais e regionais, para além dos serviços de emprego e das instituições de educação e de formação.

A chave é ajudar os nossos jovens na transição da escola para o mundo do trabalho.

Não podemos permitir que fiquem no limbo! Sem perspectivas de futuro!” 



Carlos Coelho alerta para os cibercrimes nos smartphones e nas redes sociais

O Eurodeputado **Carlos Coelho** questionou a Comissão Europeia sobre quais as medidas que está a pensar em tomar de forma a **reforçar a segurança** e a **protecção dos utilizadores dos smartphones e das redes sociais**.

Carlos Coelho recordou que, de acordo com o relatório publicado, no dia 8 de Janeiro pela ENISA (*European Network and Information Security Agency*) os **cibercriminosos** possuem um grande avanço em relação aos consumidores e **deverão ter como alvo preferencial, para o próximo ano, os smartphones e as redes sociais**.

O Relatório identifica as ameaças emergentes e os riscos adicionais a que os **telefones móveis** estarão sujeitos e sublinha que as comunicações efectuadas por seu intermédio têm, frequentemente, um **nível de segurança inferior** aquele que é normalmente utilizado nos **sistemas informáticos** convencionais.

Para o Deputado Social Democrata *“a ameaça é ainda mais preocupante porque os smartphones são regularmente utilizados por governos e profissionais do mundo empresarial, que utilizam os telefones móveis para armazenar e processar enormes quantidades de dados pessoais e confidenciais”*.

Um bom exemplo desta falta de segurança foi a descoberta feita pela Symantec Security company, em Março de 2002, de que algumas aplicações para o Android da Google eram compiladas e vendidas como *“malware”* anexoado que poderia tirar *“screenshots”* dos telefones das pessoas, bem como dados sensíveis (ex. dados bancários).

Tendo em conta os dados avançados Carlos Coelho questionou a Comissão Europeia sobre qual deverá ser a resposta da Comissão e quais as medidas que está a pensar tomar de forma a **reforçar a política de segurança e os mecanismos de protecção**. 

José Manuel Fernandes contra Estados-Membros que estão a pôr em risco o programa Erasmus

“Seria inadmissível que o Conselho adoptasse como slogan o ‘Não pagamos’”, acusou o Eurodeputado José Manuel Fernandes no plenário do Parlamento Europeu, em Estrasburgo.

José Manuel Fernandes desafiou os Estados-Membros da União Europeia a assumirem os seus compromissos e a assegurarem os pagamentos devidos, no âmbito da discussão sobre os problemas de financiamento que estão a pôr em causa a viabilidade do programa Erasmus.

Numa intervenção em Estrasburgo, José Manuel Fernandes **sublinhou a importância do programa Erasmus para os jovens** e para a União Europeia, **lamentando a postura do Conselho** na insistente opção de subfinanciamento do orçamento comunitário, que levou agora à situação de falta de recursos para cobrir despesas aprovadas e efectuadas.

Em causa está a **necessidade de um orçamento rectificativo** para reforçar as despesas de pagamento, no valor de 9 mil milhões de euros, e com um reforço de dotação para o Erasmus de 90 milhões de euros.

O Eurodeputado manifestou o desejo de que este *“programa prioritário, que tem sido absolutamente fundamental para a afirmação do projecto europeu, continue”*, sublinhando ainda os votos para *“que o Conselho, para futuro, não volte a criar dúvidas sobre se vai ou não pagar aquilo a que se comprometeu e que assumiu”*.

“O Conselho tem de pagar, e a tempo e horas, honrando os compromissos que assume. O Conselho tem de ser credível, de confiança e exemplar”, reclamou.

José Manuel Fernandes chamou ainda atenção para **“o facto do desemprego jovem ser o dobro do das outras gerações”** e que *“o programa Erasmus enriquece os estudantes no plano académico, profissional e ao nível da aquisição de novas competências, o que reforça as perspectivas de emprego”*.



O programa Erasmus permite aos estudantes do ensino superior permanecer entre 3 e 12 meses noutro país europeu, seja para estudar, para realizar um estágio numa empresa ou noutro tipo de organização. O programa Erasmus está integrado no Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida (PALV) da UE e representa mais de 40% do seu orça-

mento. O PALV abrange igualmente o programa Leonardo da Vinci (ensino e formação profissionais, que absorve pelo menos 25 % do orçamento), o programa Comenius (ensino básico e secundário, pelo menos 13 % do orçamento) e o programa Grundtvig (educação de adultos, pelo menos 4 % do orçamento). [E](#)

Paulo Rangel convoca Líderes Parlamentares PPE para debater União Económica e Monetária

O Deputado ao Parlamento Europeu, Vice-Presidente do Grupo PPE e Chefe da Delegação Portuguesa do PSD, **Paulo Rangel** recebeu em Bruxelas, os líderes parlamentares PPE na **XVII Cimeira de Presidentes dos Grupos Parlamentares** dos partidos da família PPE e deputados ao Parlamento europeu.

Trata-se da sétima reunião organizada pelo Deputado enquanto Vice-presidente do Grupo PPE responsável pelas relações com os Parlamentos Nacionais.

A XVII Cimeira contou com a participação do Comissário europeu responsável pelo Orçamento, Janusz Lewandovsky, do Presidente da Comissão de Orçamento do Parlamento Europeu, Alain Lamassoure, do Ministro sueco das Finanças, Anders Borg e de diversos membros de governos da família PPE.

Durante dois dias, os Deputados nacionais da família política do PPE e os Deputados PPE ao Parlamento Europeu participaram nos debates sobre a União Política, económica e monetária e sobre a papel dos Parlamentos Nacionais.

No discurso de abertura da Cimeira, Paulo Rangel, enquanto na Vice-Presidente do Grupo PPE responsável pelos Parlamentos Nacionais, insistiu na necessidade de transformar o BCE num verdadeiro Banco Central com competências de supervisão para dessa forma **“estimular a futura adesão desses Estados participantes do mecanismo de supervisão à zona euro”**. [E](#)

Nuno Teixeira lança publicação "É possível mais Europa com menos dinheiro" ?

O Eurodeputado **Nuno Teixeira** apresentou no passado dia 23 de Novembro, na Madeira, a publicação "*É possível mais Europa com menos dinheiro?*" numa sessão pública onde anunciou também o website da plataforma "*Semear o Futuro - o Futuro está nas tuas mãos*", agora disponível em www.semearfuturo2020.pt.

Nuno Teixeira pretende que o seu trabalho como relator do relatório de iniciativa sobre "*O papel da política de coesão nas regiões ultraperiféricas no contexto da Estratégia UE 2020*" tenha um seguimento concreto na região, através da participação real e activa da sociedade civil madeirense para dar resposta e soluções à questão de como a Madeira vai responder aos desafios colocados pela Estratégia UE 2020.



O Eurodeputado considera que é tempo de "*passar da fase do palpar para a fase do participar, contribuir e produzir conteúdos que possam ajudar a Região a alcançar as metas definidas na Estratégia UE 2020. Por isso, é necessário que as pessoas conheçam em profundidade o Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020, quais as prioridades políticas e orçamentais da União Europeia para os próximos 7 anos, para saber que medidas e acções se deverão aplicar na região.*"

Com esta publicação "*É possível mais Europa com menos dinheiro*" Nuno Teixeira pretende estreitar os laços dos cidadãos às políticas europeias, explicando que orçamento existe, de que forma é distribuído e em que prioridades será alocado, para no final cada um possa saber o que está realmente em causa.



Ao longo de sete capítulos, o Eurodeputado Madeirense explica o que é um Quadro Financeiro Plurianual (QFP 2014-2020) e quais as perspectivas para o período de 2014-2020, quais as prioridades políticas da União, o que vai mudar na política da Coesão económica, social e territorial e, finalmente, um lugar especial para as consequentes mudanças nas Regiões Ultraperiféricas, após a aprovação do QFP 2014-2020.

Esta iniciativa da Plataforma "*Semear o Futuro*" dá seguimento ao trabalho iniciado em Julho de 2012, quando foi publicamente apresentada a criação da Plataforma, que pretende promover e suscitar o debate com a participação voluntária de pessoas que pretendam contribuir com ideias e soluções. Para isso, esta plataforma irá promover um conjunto de encontros, eventos e seminários, disponibilizar e sistematizar informação e documentos, estudos, dados estatísticos e publicações.

Para mais informações siga o site: <http://www.semearfuturo2020.pt/>

235 Milhões de Euros realocados à Madeira em resposta ao Temporal de Fevereiro de 2010

Em resposta ao Deputado **Nuno Teixeira**, o Comissário Europeu responsável pela Política Regional, Johannes Hahn, garantiu que a **Madeira irá ver realocados os 235 milhões de euros do Fundo de Coesão**, resultantes da reprogramação do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), referentes ao período de 2017-2013.

Nuno Teixeira havia questionado a Comissão Europeia se os 265 milhões de euros do Fundo de Coesão prometidos por Portugal à Região Autónoma da Madeira haviam sido incluídos na reprogramação estratégica do QREN em virtude de afirmações contraditórias entre a Comissão Europeia e o Estado Português.

Esta verba, que tem como fim a reconstrução da Madeira, na sequência do **temporal de 20 de Fevereiro de 2010**, estava já prevista na Lei de Meios, apresentada pelo governo de José Sócrates, num montante de 265 milhões de euros. Tal como o Comissário Europeu referiu, esse pedido foi feito pelo governo Português e agora aceita pela Comissão Europeia. Quanto aos restantes 30 milhões poderão ser afectados numa outra reprogramação, dependendo de uma nova proposta do Governo Português.

Nuno Teixeira defende maior celeridade do Fundo de Solidariedade



Nuno Teixeira defendeu, no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, que *“O Fundo de Solidariedade deve ser mobilizado de forma célere para que se possa reagir, em tempo útil, aos danos e outras consequências negativas decorrentes da ocorrência de catástrofes naturais”*.

O Eurodeputado insistiu, que *“Este instrumento deve conhecer uma reforma urgente”*, recordando ainda que *“uma revisão está bloqueada desde 2006 no Conselho e que a Comissão pretende agora avançar com uma nova proposta para a qual requer também o apoio do Parlamento Europeu”*.

“É inaceitável que, no caso de ocorrência de catástrofes em países terceiros, a União Europeia preste a sua assistência prontamente e que, quando se trata dos seus Estados-Membros, na qual ela é fundada, o processo seja lento e a ajuda venha tarde”, afirma o Deputado madeirense.

“Este debate decorreu no Parlamento Europeu, curiosamente coincidindo com o dia da formalização do pedido de mobilização do FSUE na sequência do mau tempo de 5 de Novembro. Trata-se da segunda vez que tal acontece num curto espaço de tempo de cerca de 3 anos. Espero que as instituições europeias, Parlamento Europeu, Comissão Europeia, mas sobretudo o Conselho entendam que, ou revêem rapidamente o regulamento, de forma a tornar a ajuda mais célere e flexível, ou arriscam-se a transformar a solidariedade numa palavra vã, que vai sempre chegar tarde e a más horas”, conclui Nuno Teixeira. 

Regina Bastos apoia relatório Anual do Provedor de Justiça Europeu relativo a 2011



Apoiando o relatório anual do Provedor de Justiça Europeu, relatório de 2011, a Deputada **Regina Bastos** declarou em Estrasburgo:

“Merece destaque o facto de o número de inquéritos instaurados ao Parlamento ter diminuído significativamente relativamente a 2010.

O Provedor de Justiça Europeu é competente para receber queixas respeitantes a má administração nas actividades das instituições, órgãos organismos e agências da UE.

Em 22 de Maio de 2012 apresentou o seu Relatório Anual 2011, do qual resultou que ajudou mais de 22.000 cidadãos, dos quais 2.510 apresentaram queixas, 1.284 solicitaram informações e 18.274 obtiveram aconselhamento através do guia interactivo.

A redução significativa dos pedidos de informação recebidos nos últimos anos demonstra o sucesso do guia interactivo.

Merece igualmente destaque o facto de o número de inquéritos instaurados ao Parlamento ter diminuído significativamente relativamente a 2010.

Apesar do êxito, a quantidade das queixas processadas em 2011 foi de novo relativamente modesta (cerca de 27%).

Pelo que, devem ser previstos projectos mais abrangentes e proactivos de sensibilização dos cidadãos, exortam-se todos os intervenientes da UE a actuarem em conformidade com o Código Europeu de Boa Conduta Administrativa e o Provedor de Justiça deve continuar a assegurar a melhor utilização de recursos.

O pleno exercício dos direitos pelos cidadãos da UE, nomeadamente o direito à queixa, afigura-se como essencial para a concretização do projecto europeu.” 

Carlos Coelho defende georeferenciação de chamadas de emergência

O eurodeputado **Carlos Coelho** questionou a Comissão Europeia sobre a correcta implementação do Serviço 112 e os problemas associados à localização de sinistrados. **Para o social-democrata, único português membro dos "112 Mep Champions", "esta é uma matéria de extrema importância, sendo incompreensíveis os atrasos e paralisias na implementação de tais medidas".**

Carlos Coelho recordou que quando uma chamada é feita para o 112, os operadores em cada Estado-Membro **devem fornecer a localização aproximada do chamador** para as autoridades de emergência para que estes possam enviar ajuda imediata.

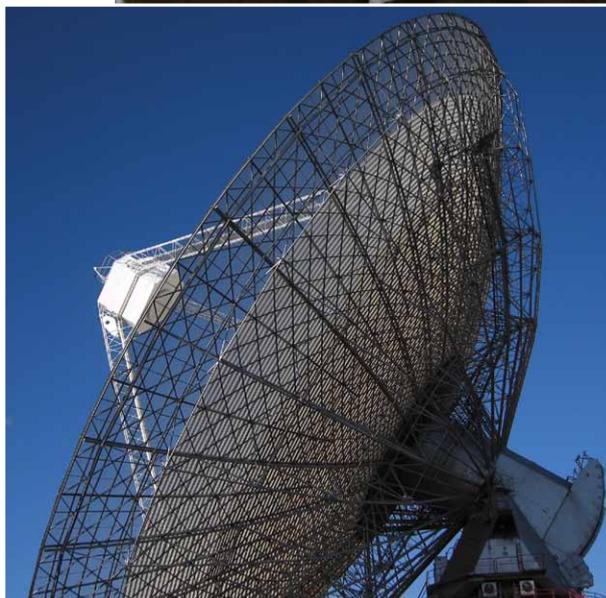
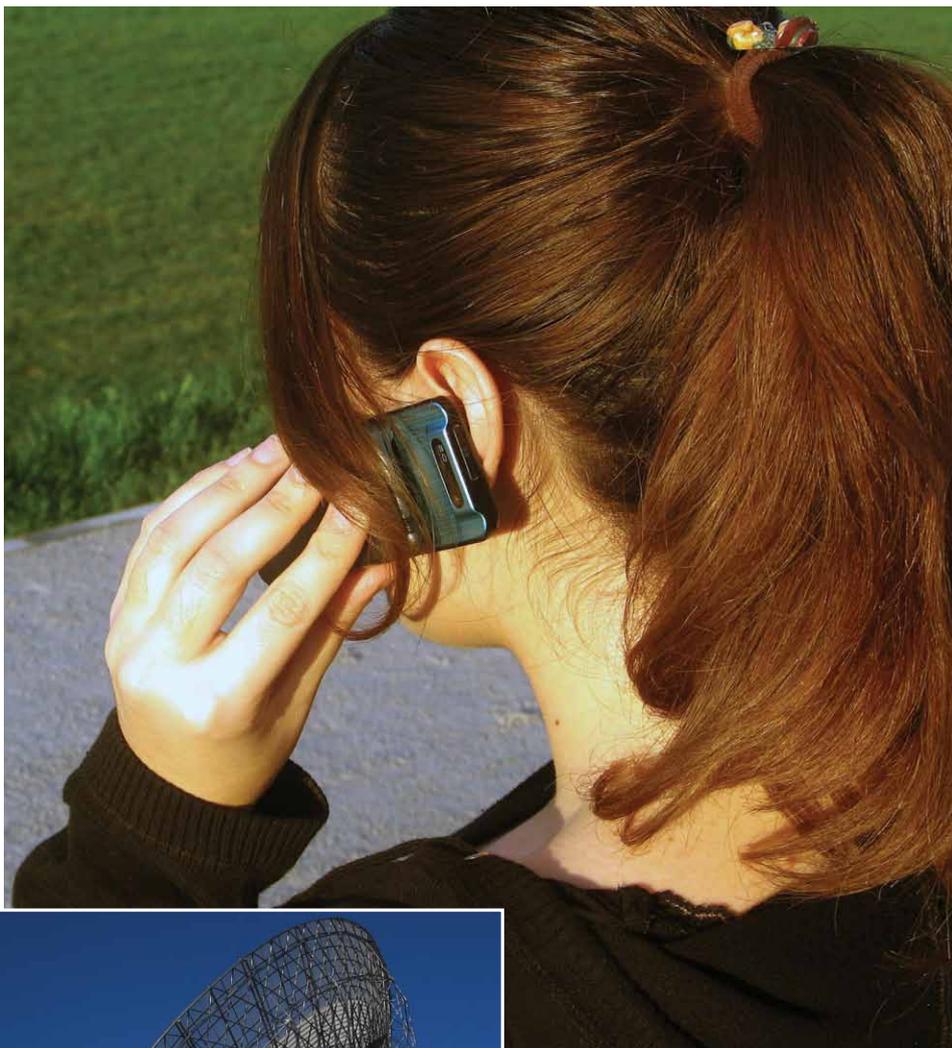
A capacidade de localizar o autor da chamada em caso de uma emergência pode ser essencial e **salvar vidas** sobretudo **quando a pessoa é incapaz de identificar a sua localização** (o que pode acontecer especialmente em chamadas a partir de telefones móveis ou durante percursos no estrangeiro).

Todavia **nenhum Estado-Membro utiliza actualmente sistemas de localização exacta do chamador**. A maioria dos Estados-Membros, através dos operadores telefónicos, utiliza o método de localização Cell Id (Cell Identification), caracterizado por ser o mais simples e de fraca precisão, em detrimento de sistemas mais fiáveis. Este facto prende-se essencialmente com os investimentos na rede de servidores e terminais que métodos de localização mais avançados como GPS implicam.

Note-se que a precisão do sistema Cell ID está associada ao tamanho da célula, podendo variar de cerca de 500m a mais de 10 Km de raio, dependendo do ambiente coberto (rural, suburbano e urbano).

A prática demonstra a dificuldade dos serviços de emergência em detectar um sinistrado que ligou para o 112 com um raio que pode ir até 10 Km.

Para Carlos Coelho **"a segurança dos cidadãos está posta em causa, sendo incompreensível que**



*actualmente seja **mais fácil encontrar um automóvel roubado** ou um simples smartphone (que utilizam o sistema de localização GPS), **do que um ser Humano em aflição que liga do seu telemóvel!**"*

Na medida em que a Comissão Europeia pode adoptar medidas técnicas de execução para assegurar a efectiva implementação dos serviços 112, Carlos Coelho questionou a Comissão Europeia sobre que medidas adoptou ou pretende adoptar de forma a garantir a efectiva implementação do Serviço 112, em concreto a questão da localização de chamadas. 

Mário David preocupado com a Protecção Civil Europeia

O Eurodeputado e Vice-Presidente do PPE **Mário David** recebeu em Bruxelas, a Liga dos Bombeiros Portugueses (LBP), que se deslocou ao Parlamento Europeu (PE) a seu convite. No âmbito da discussão que se encontra actualmente a ocorrer no PE, no que diz respeito ao novo Mecanismo de Protecção Civil da União Europeia (MPCUE), Mário David efectuou uma intervenção seguida de troca de impressões com os representantes da LBP presentes.

Protecção Civil a Nível da União Europeia

Mário David recordou:

"Desde a criação do Mecanismo de Protecção Civil por uma Decisão do Conselho de 23/10/2001 que estabeleceu um mecanismo comunitário destinado a facilitar uma cooperação reforçada no quadro das intervenções de socorro da Protecção Civil até aos dias de hoje, que muitos Estados-membros e diversas Instituições têm solicitado um reforço e uma maior coordenação a nível europeu da Protecção Civil por um lado, mas também da Ajuda Humanitária por outro".

A comissária Kristalina Georgieva (responsável pela Cooperação Internacional, Ajuda Humanitária e Resposta às Crises) tem colocado na Agenda europeia esta questão, tendo apresentado no final do ano passado a Proposta de decisão que agora se encontra em discussão, no seguimento da apresentação pela Comissão, em Outubro de 2010, do plano intitulado *"Reforçar a capacidade de resposta europeia a situações de catástrofe: papel da protecção civil e da ajuda humanitária"*.

A Comissária europeia tem defendido nomeadamente a necessidade da UE melhorar substancialmente o seu actual Mecanismo de Protecção Civil de forma a poder responder adequadamente, no seu território, a uma hipotética catástrofe com estas dimensões.

O Deputado português assinalou que, apesar do Tratado de Lisboa ter introduzido uma nova base jurídica para a protecção civil, o conceito de protecção civil não está definido no Tratado, nem na proposta legislativa.



"O Tratado apresenta uma definição implícita, quando se refere à "prevenção das catástrofes naturais ou de origem humana e de protecção contra as mesmas".

O conceito de protecção civil é, por isso, interpretado de forma diferente pelos vários Estados-membros à luz das ocorrências intra-fronteiriças, regionais ou históricas. Refira-se ainda que o âmbito do conceito tem evoluído ao longo do tempo.

No entanto, consideramos não ser necessária uma harmonização a nível europeu, já que esta Legislação específica apenas trata de protecção civil no caso da cooperação e no âmbito do quadro proposto, não tendo (nem podendo ter) por objetivo uma maior harmonização das atividades de protecção civil dos Estados-membros.

A razão para este facto assenta no princípio de que a responsabilidade pela protecção civil continua a caber, em primeiro lugar, aos Estados-membros, pelo que o objetivo da Legislação europeia não pode ser mais do que apoiar e complementar as medidas dos mesmos e promover a cooperação e a coerência."

Mário David defendeu que os meios financiados pela UE e a criação da Capacidade Europeia de Resposta de Emergência sob a forma de uma reserva comum voluntária, são considerados passos importantes para um melhor e mais fiável sistema europeu de resposta a catástrofes. Contudo, afim de melhorar o funcionamento da reserva comum, a Comissão deve definir não apenas os critérios de qualidade mas também os **critérios de interoperabilidade**.

Além disso, é preciso deixar claro que os meios financiados pela UE (cujo desenvolvimento pode ser financiado até 100 % pela União), devem estar sempre disponíveis para serem utilizados pela **Capacidade Europeia de Resposta de Emergência**. Apenas será aberta uma exceção no caso do Estado-membro que gere o meio em causa estar confrontado com uma catástrofe de grandes proporções. Nesse caso, a responsabilidade do Estado-Membro afetado em proteger a sua população e o seu território, recorrendo ao meio em causa, deve ter prioridade sobre a obrigação de disponibilizar o meio, ou seja, o Estado-Membro afetado pode invocar um motivo imperioso e retirar o meio da reserva comum. 

Patrão Neves no Parlamento Europeu dos Jovens



A Eurodeputada **Patrão Neves** foi Patrona do Fórum da **Associação Portuguesa do Parlamento Europeu dos Jovens**, que decorreu na Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa, no dia 30 de Novembro de 2012.

Acusando a honra do convite, Patrão Neves justificou tê-lo aceite pelo interesse de ensaiar o debate político, nos moldes do plenário do Parlamento Europeu, com estudantes universitários, *“como processo excelente de aprofundar o conhecimento sobre as instituições europeias e seu funcionamento bem como de despertar e reforçar a cidadania europeia de que todos beneficiamos sem verdadeiramente a exercer-mos, isto é, tendemos mais a usufruir das vantagens da nossa integração europeia, numa atitude passiva, e empenhamo-nos pouco na construção activa da União Europeia”*.

Patrão Neves centrou a sua intervenção sobre dois aspectos que reputou de incontornáveis. Primeiramente, sublinhou a importância do Parlamento entre as demais instituições euro-

peias como sendo *“a única constituída por sufrágio directo dos cidadãos e, por, isso, como a mais democrática de todas”*. Além disso, apontou também o reforço dos seus poderes após o Tratado de Lisboa que o tornou co-legislador com o Conselho para muitas das mais importantes matérias europeias, tendo-lhe também imposto uma responsabilidade acrescida.

O segundo aspecto reportou-se ao **Parlamento Europeu Jovem**, *“como testemunho da assunção, por parte dos jovens, da cidadania europeia e ainda como fórum excelente, como uma verdadeira escola do debate democrático, esclarecido e livre, respeitador da diferença e responsável”*.

A este propósito, Patrão Neves exortou todos os presentes a não deixarem de votar nas eleições europeias, já em 2014, como o mais elementar gesto de compromisso com este projecto da União Europeia que é de todos. Afinal - acrescentou - *“quando não participamos nas decisões que nos dizem respeito estas podem exercer-se contra nós”*.

Num terceiro e último momento, a Eurodeputada Patrão Neves referiu-se a alguns dos mais determinantes desafios que a União Europeia hoje enfrenta, em particular à ausência de acordo relativamente ao orçamento para o próximo Quadro Plurianual de Apoio e as perspectivas negativas que ensombram o debate que se vai prolongando. *“É paradoxal – afirmou – que vivamos actualmente uma crise económico-financeira ímpar na União Europeia e que, ao mesmo tempo, pela primeira vez na história da União, o seu orçamento não venha a ser aumentado, mas antes diminuído”*.

Dirigindo-se directamente aos jovens, a Eurodeputada e Professora Catedrática da Universidade dos Açores, salientou a importância dos jovens como futuros actores políticos e o seu dever de conhecer a realidade das instituições europeias e de disseminar na comunidade a importância que a União Europeia tem na regulação do quotidiano nacional, quer seja através das suas directivas e regulamentos, quer seja através do financiamento das políticas estruturais das regiões.

Patrão Neves vota contra regulamento Base da Política Comum das Pescas

A deputada do PSD, **Maria do Céu Patrão Neves**, votou contra o relatório sobre o Regulamento-Base da PCP, o mais estruturante da reforma da Política Comum de Pescas, por considerar que este não acautela os legítimos interesses fundamentais para o sector da pesca nacional e regional.

O relatório da socialista alemã Ulricha Rodust foi votado na Comissão das Pescas do Parlamento Europeu, em Bruxelas e, para Patrão Neves, **"viola dois compromissos anteriormente assumidos pelo Parlamento Europeu"**. Com efeito, no relatório, da minha autoria, sobre o Livro Verde para a reforma da Política Comum das Pescas, assumiu-se o **compromisso de equilíbrio entre os três pilares fundamentais** para uma boa e a desejada estruturação do sector das pescas, o ambiental, o social e o económico. Este relatório prioriza o pilar ambiental e subalterniza o social e o económico, o que considero inaceitável segundo compromisso que considero ter sido violado foi o da regionalização com um reforço dos poderes da Comissão ao níveis da imposição de medidas várias e de sanções muito pesadas. É verdade que as medidas técnicas e de gestão ficam a cargo do Estado-Membro mas, sem a obrigatoriedade de cooperação entre estes, cada um pode agir de forma a criar discriminação entre frotas. Além disso, as propostas aprovadas implicam uma complexificação da Política Comum das Pescas e maiores custos para as administrações nacionais e regionais, com previsíveis consequências negativas para os Açores".

Ainda em relação à nossa região e no contexto das pretensões das Regiões Ultraperiféricas, nenhuma destas foi contemplada. *"De facto- acrescentou Patrão Neves -o acesso restricto às áreas bio-geograficamente sensíveis, vitória tão importante para os Açores em relatórios anteriores, e a criação de um Conselho Consultivo Regional específico para as RUPs - foram rejeitadas, o que não me fez hesitar no voto negativo a este relatório"*.

No fim da votação dos vários compromissos e emendas e antes do voto final do relatório, Patrão Neves interveio na Comissão das Pescas no sentido de exigir que se interrompesse a sessão para reflectir sobre o resultados da votação, realizada ao longo de quatro horas e meia, e decidir acerca do voto final. Neste interregno, Patrão Neves defendeu, junto de todos os membros do Partido Popular Europeu a que pertence, um voto negativo em bloco *"importante, no presente, como uma forte mensagem para o grupo socialista no sentido de lhe fazer saber que deveria ter trabalhado com o PPE, o maior grupo político europeu, para obter uma reforma com uma ampla base maioritária de apoio, evitando os vários erros e consequências negativas que se adivinham com base neste relatório; importante para o futuro, constituindo uma estratégia para forçar a negociar o que agora foi reprovado e que queremos ver aprovado na Sessão Plenária."*

Carlos Coelho exige fim da violência contra mulheres e raparigas

O Parlamento Europeu aprovou, em Estrasburgo, uma resolução parlamentar sobre a **eliminação e prevenção de todas as formas de violência contra mulheres e raparigas**, que contou com o apoio do Deputado **Carlos Coelho**.

A violência contra as mulheres e raparigas continua a ser uma das mais graves violações dos direitos humanos a nível mundial, envolvendo vítimas e autores de todas as idades e estratos sociais.

Para Carlos Coelho *"não pode existir qualquer tolerância para este tipo de situações, pelo que a União Europeia está firmemente empenhada em combater toda e qualquer forma de violência"*.

As mulheres têm sido as principais vítimas da violência em razão do sexo, o que constitui uma violação dos direitos fundamentais à vida, segurança, liberdade, dignidade e integridade física e emocional.

Para o social-democrata *"deverá, assim, ser feito um especial investimento em termos de prevenção, a qual deverá incidir sobre domínios*



como a educação, o conhecimento, o desenvolvimento de redes e parcerias, bem como o intercâmbio de boas práticas" sendo "fundamental erradicar toda e qualquer forma de violência contra as mulheres e raparigas, o que requer uma abordagem coordenada e multisectorial, nomeadamente através da criação de uma estratégia europeia".

Carlos Coelho não quis deixar de frisar, de igual modo, a importância de reforçar a cooperação internacional e fomentar uma intervenção urgente no sentido de **eliminar atitudes, práticas e costumes tradicionais nefastos**, incluindo a **mutação genital feminina**, os **casamentos precoces e forçados** e os **crimes em nome da honra**.

Economia só tem a ganhar com maior igualdade de representatividade entre homens e mulheres

O Eurodeputado **José Manuel Fernandes** alerta para risco de retrocessos na área da igualdade de género, em tempo de crise. Intervenção nas Jornadas Transnacionais de Género e Responsabilização “*O Sexo das Profissões*”, promovidas pela Aliança Artesanal de Vila Verde.

A luta contra a discriminação entre homens e mulheres é um princípio fundamental da União Europeia e decisivo na promoção da qualidade de vida dos cidadãos e do desenvolvimento económico. O Eurodeputado José Manuel Fernandes defende, por isso, uma acção determinada e efectiva em favor da igualdade de género. Uma matéria que ganha particular relevo na actual situação de crise.

“Considerando o actual contexto económico e social, temos de **estar atentos a possíveis retrocessos na área da igualdade** como consequência da crise que estamos a atravessar e que teima em não nos largar”, alertou José Manuel Fernandes.

Segundo o eurodeputado, “**o princípio da igualdade corre ainda mais riscos em tempo de crise económica**”. E sublinhou que isso acontece, “apesar de ser a própria economia que ganharia com uma maior igualdade de representatividade entre homens e mulheres, pois a competitividade e a prosperidade futura da Europa dependem da sua própria capacidade para utilizar plenamente os seus recursos de mão de obra, nomeadamente uma **maior participação das mulheres no mercado de trabalho**”.

Frisando que “o caminho para a Igualdade, tanto na UE como em Portugal, é longo, mas paulatinamente progressivo e frutuoso”, José Manuel Fernandes defendeu que, “para além da criação de legislação que favoreça a igualdade, é importantíssimo **promover a independência económica de homens e mulheres**, pois este é um factor essencial à igualdade de género”.

Neste sentido, propôs que o Fundo Social Europeu e o microfinanciamento Progress sejam



utilizados para “fomentar o empreendedorismo feminino e prestarem apoio financeiro, orientação e formação profissional, de forma a incentivar as mulheres a criarem as suas próprias empresas”.

Na avaliação da igualdade de géneros no quadro político da União Europeia e dos seus Estados-Membros, José Manuel Fernandes salientou que, embora não seja um entusiasta do sistema de quotas eleitorais, reconhece “a sua necessidade e que a sua utilização tem efeitos positivos sobre a representação das mulheres”, o que pode ser constatado em França, Espanha, Bélgica, Eslovénia, Portugal e Polónia.

No entanto, chamou a atenção que “as mulheres continuam a estar sub-representadas nas assembleias políticas com poder de decisão em todos os Estados-Membros da UE”.

E valoriza a importância de uma mudança cultural, para além das quotas e da legislação. Lembra que, sem imposição de quotas, em 2011, foi eleita pela primeira vez uma mulher para Presidente da Assembleia da República, já este ano Joana Marques Vidal foi a primeira mulher a ser nomeada Procuradora-Geral da República, Maria da Glória Garcia passou a ser a primeira mulher a dirigir a Universidade Católica Portuguesa, Ana Martinho foi nomeada para o mais alto cargo da diplomacia portuguesa e Ana Luís, com 36 anos, é a primeira presidente da Assembleia Legislativa dos Açores.

Números da representatividade das mulheres nos órgãos políticos da UE

De acordo com os números apresentados por José Manuel Fernandes, actualmente, as mulheres representam 24% dos deputados dos parlamentos nacionais. A nível regional, as mulheres representam 31% dos membros das assembleias e 32% dos executivos. No entanto, apenas 15% das assembleias e 11% dos executivos são chefiados por mulheres. Ao nível dos parlamentos nacionais, os países nórdicos são os que têm uma maior representação de mulheres: 42,3%. A Suécia é quem tem uma maior representatividade feminina, com 45% de mulheres eleitas para o parlamento nacional, enquanto a Finlândia chega aos 42,5% de mulheres e a Holanda aos 40,7%. Em contraponto, estão países com uma representatividade feminina nos parlamentos nacionais abaixo dos 15%, como a Eslovénia (13,3%), a Roménia (11,4%), Chipre (10,7%) e, com percentagens ainda mais baixas, Hungria (9,1%) e Malta (8,7%).

O Parlamento Europeu é dos que têm uma composição mais equilibrada em termos de género: 35% de mulheres e 65% de homens. Em todos os Estados-Membros da União Europeia, a percentagem de mulheres eleitas para o Parlamento Europeu é agora maior do que a percentagem de mulheres eleitas para os respectivos parlamentos nacionais, com excepções de Espanha, Malta e Luxemburgo. Em termos de deputados eleitos para o Parlamento Europeu, a Finlândia e a Suécia têm mesmo mais deputados femininos do que do sexo masculino.

No que toca aos governos dos Estados-Membros da União Europeia, as mulheres representam 24% dos ministros e 22% das secretarias de estado dos governos dos 27 Estados-Membros.

Na Comissão Europeia, a percentagem de Comissárias eleva-se a 33%. No comité económico e Social Europeu (CESE) e no comité das Regiões (CdR), 21% dos cargos são ocupados por mulheres e 79% por homens.

Acordo Comercial UE-Colômbia e Peru: Relatório David

Parlamento Europeu aprova acordos com países da América Latina e salvaguarda bananas europeias

O Parlamento Europeu deu luz verde a acordos que liberalizam o comércio com a Colômbia e o Peru e com seis países da América Central. Os eurodeputados aprovaram também medidas de salvaguarda para evitar prejuízos graves aos produtores europeus de banana, um sector importante nas regiões ultraperiféricas da UE.



O acordo comercial entre a UE e a Colômbia e o Peru, do qual é relator o eurodeputado português **Mário David** (PPE), elimina de forma gradual os direitos aduaneiros e liberaliza os mercados dos serviços e concursos públicos.

Do lado da **Colômbia** e do **Peru**, os sectores mais beneficiados pelo acordo são os da fruta (em especial bananas e uvas) e do camarão. Do lado da UE, são sobretudo os sectores da maquinaria, automóvel e indústria química.

O acordo proporcionará às empresas da UE acesso a mercados relativamente pequenos, ainda que em crescimento. Mas é visto como um ponto de partida para o **estreitamento das relações com a América Central e do Sul**.

Antes de aprovar este acordo, o Parlamento Europeu pediu aos dois países que adotassem roteiros vinculativos para a implementação das cláusulas laborais e ambientais. Esses roteiros (roadmaps) foram apresentados à Comissão do Comércio Internacional do PE em Novembro, tendo sido bem acolhidos por

grande parte dos seus membros. No entanto, vários deputados mantiveram uma posição bastante crítica em relação a este acordo, em particular devido a preocupações com os direitos humanos e condições sociais, e pediram ao PE que o rejeitasse. Com 486 votos a favor, 147 contra e 41 abstenções, o acordo acabou por ser aprovado em plenário.

Segundo as estimativas, este acordo poderá impulsionar o PIB da Colômbia em 1,3% e o do Peru em 0,7%. Quanto aos **exportadores europeus**, poderão poupar 270 milhões de euros por ano em direitos aduaneiros, de acordo com dados da Comissão Europeia.

América Central

O Parlamento Europeu aprovou também um acordo de associação entre a UE e seis países da América Central (Costa Rica, Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá). O relator é o eurodeputado espanhol José Ignacio Salafranca (PPE).

Estes países exportam tradicionalmente para a UE microchips, café, bananas e ananás. Este

acordo poderá aumentar o rendimento nacional de 0,5%, no caso da Nicarágua, a 3,5%, no da Costa Rica. Para os exportadores europeus, a poupança anual em direitos aduaneiros será de 87 milhões de euros, de acordo com a Comissão Europeia.

Para além de liberalizar o comércio, o acordo contém também cláusulas sobre cooperação para o desenvolvimento e diálogo político, tendo em vista ajudar a promover o desenvolvimento sustentável, reduzir a pobreza e consolidar a estabilidade na região.

O acordo com os seis países da América Central foi aprovado por 557 votos a favor, 100 contra e 21 abstenções.

Proteção do sector europeu da banana

Ambos os acordos prevêem novas reduções dos direitos aduaneiros aplicáveis às importações de bananas, o que tem preocupado os produtores europeus, em especial nas regiões ultraperiféricas. A Costa Rica e a Colômbia são, aliás, dois dos principais exportadores de bananas a nível mundial.

Antes de votar estes acordos com os países da América Latina, o Parlamento Europeu aprovou medidas de salvaguarda para evitar prejuízos graves ao sector europeu da banana.

Próximos passos

Os dois acordos foram assinados pela UE e por estes países da América Latina em Junho deste ano. O Parlamento Europeu tem necessariamente de aprovar os acordos internacionais para que estes possam entrar em vigor. As disposições poderão ser aplicadas a título provisório no seguimento de uma decisão do Conselho, mas para que os acordos sejam formalmente concluídos terão ainda de ser ratificados por todos os Estados-Membros da UE. 



Comissão Europeia desafiada para legislação sobre venda de substâncias psicoactivas

O Eurodeputado do **José Manuel Fernandes** manifestou-se preocupado com as circunstâncias em que **estão a ser vendidas, no espaço europeu, substâncias psicoactivas**, que surgem como alternativas consideradas lícitas às **drogas ilícitas**.

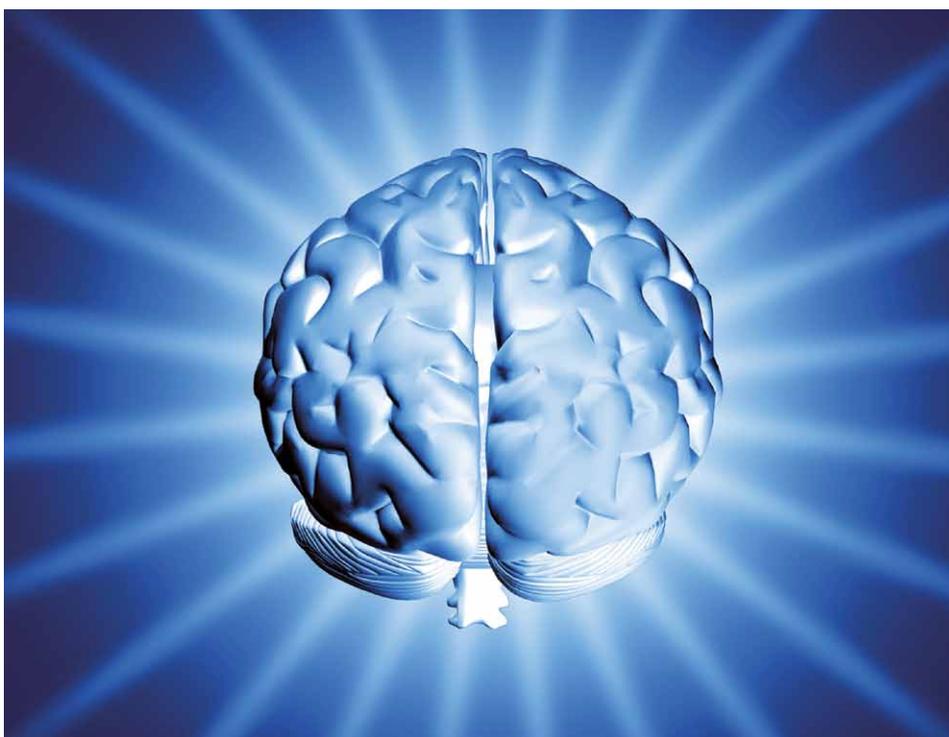
Em pergunta prioritária endereçada à Comissão Europeia, o Eurodeputado chamou a atenção para ausência de legislação e de garantias de defesa da saúde dos consumidores no espaço da União Europeia nesta matéria, deixando o desafio para a concretização de um quadro legislativo de âmbito europeu.

Perante a venda de substâncias psicoactivas, nomeadamente nas denominadas *"smartshops"*, sob a forma de pílulas, ervas, incensos, sais de banho e até fertilizantes, José Manuel Fernandes destaca que *"o consumo destas substâncias tem provocado efeitos nefastos na saúde e mesmo a morte em muitos cidadãos europeus"*.

O Deputado português questionou a Comissão Europeia sobre a necessidade de uma iniciativa legislativa e sobre *"como intervir de forma a evitar os efeitos nefastos na saúde dos consumidores de substâncias psicoactivas"*.

O alerta de José Manuel Fernandes é confirmado pelos dados do relatório anual do **Observatório Europeu da Droga e da Toxicod dependência** (OEDT), que aponta como *"imperioso manter sob permanente vigilância a forma como os problemas relacionados com as drogas já existentes evoluem, desenvolvendo simultaneamente respostas para novas ameaças e novos desafios"*, num *"mercado de droga cada vez mais complexo e dinâmico"*.

O relatório do OEDT salienta que, *"nos últimos anos, a Europa testemunhou a ampla disponibilização, a um ritmo sem precedentes, de uma grande diversidade de novas substâncias psicoactivas. A velocidade a que essas novas substâncias surgem, conjugada com a falta de informação sobre os riscos associados ao seu consumo, põe em causa o procedimento*



consagrado de ir acrescentando substâncias à lista das que são abrangidas pela legislação em matéria de droga".

Por outro lado, o número de **lojas na Internet** que oferecem substâncias ou produtos psicoactivos a clientes em pelo menos um Estado-Membro da União Europeia continua a crescer. No estudo selectivo de Janeiro de 2012 do OEDT foram identificadas 693 lojas na Internet, contra 314 em Janeiro de 2011 e 170 em Janeiro de 2010.

Respondendo a José Manuel Fernandes, a **Comissária europeia da Justiça** reconhece necessidade de reforçar medidas face à problemática proliferação de substâncias psicoactivas e falta de controlo sobre riscos para a saúde pública

"A rápida emergência de novas substâncias psicoactivas constitui um desafio cada vez mais sério para as autoridades de saúde pública dos Estados-Membros", confirmou a comissária europeia da Justiça, Viviane Reding, indo

de encontro ao alerta do eurodeputado José Manuel Fernandes relativamente à venda de *"substâncias psicoactivas, nas denominadas "smartshops", sob a forma de pílulas, ervas, incensos, sais de banho e até fertilizantes"*.

Na resposta, a comissária Viviane Reding denuncia mesmo que *"o nível de toxicidade e os riscos a longo prazo para saúde dessas substâncias são muitas vezes desconhecidos, sendo algumas delas inclusivamente propositadamente mal rotuladas de forma a contornar a legislação sobre produtos alimentares ou de controlo da droga"*.

Com as novas propostas de regulação, a Comissão pretende assegurar *"uma acção mais rápida e eficaz em matéria de novas substâncias psicoactivas ao nível da UE"*. Um dos objectivos é *"melhorar o intercâmbio de informações sobre as novas substâncias psicoactivas e a avaliação dos seus riscos, permitindo que aquelas que apresentam riscos para a saúde, riscos sociais e riscos de segurança possam ser rapidamente retiradas do mercado"*. 

Conferência das Nações Unidas para o Clima - COP18: “Uma ponte para o futuro”



A COP terminou ao cabo de 2 semanas de reuniões e após 48 horas de negociações intensas. **Maria da Graça Carvalho**, membro da comissão ITRE, integrou a delegação do Parlamento Europeu à COP18 que teve lugar em Dohan. *“O conjunto de resultados obtidos, designado ‘Doha gateway’, representa um caminho sustentável e equilibrado rumo a uma decisão mais substancial a ser adoptada em 2015 e aplicada em 2020”* - refere Maria da Graça Carvalho.

A resolução *‘Doha Gateway’* inclui decisões sobre o Protocolo de Quioto, sobre o Plano de Acção a Longo Prazo, sobre o Financiamento do Clima e sobre a Plataforma de Durban.

Segundo Período de Cumprimento do Protocolo de Quioto. O primeiro período de cumprimento do Protocolo expirou a 31 de Dezembro de 2012. O segundo período prolongar-se-á por 8 anos. Todavia, a Rússia, o Japão e o Canadá não irão aderir. Os Estados Unidos nunca aderiram a Quioto e os países em desenvolvimento não estão obrigados a cortar as suas emissões. Maria da Graça Carvalho observa que *“os países que subscreveram Quioto 2 representam apenas 15% das emissões globais. Apesar disso, esta decisão é importante porque o Protocolo de Quioto constitui o único acordo legal e vinculativo de combate às alterações climáticas”*.

Acções a longo prazo no âmbito da Convenção - Plano de Acção de Bali. Esta linha de trabalho ficou encerrada e os processos foram incorporados noutras linhas de trabalho. Para Maria da Graça Carvalho *“este é um desenvolvimento positivo do ponto de vista processual uma vez que o método de negociação da UNFCCC é muito complexo pois inclui muitos grupos de trabalho a funcionar em paralelo. Esta complexidade é uma das causas responsáveis pela lentidão com que as negociações progridem”*.

Financiamento do Clima

Na opinião de Maria da Graça Carvalho *“o financiamento foi um assunto crucial durante a COP18. Os países em desenvolvimento reclamam fundos adicionais de Apoio ao Desenvolvimento dirigidos à adaptação e à mitigação. O compromisso com fundos adicionais, anunciado pelo Reino Unido e a Alemanha, secundados pela União Europeia e por outros países, permitiu que um acordo final fosse alcançado”*. Mas existe uma novidade no texto final: danos e prejuízos. Os Estados Unidos e a União Europeia opuseram-se desde o início à introdução destes conceitos no texto das negociações. A deputada afirma: *“abrimos a Caixa de Pandora. Com estes conceitos inseridos no texto, significa que os países industrializados são financeiramente responsáveis pelos danos e prejuízos causados por fenómenos climáticos severos tais como furacões e inundações”*.

Em relação à Plataforma de Durban, Maria da Graça Carvalho considera que *“representa uma oportunidade de combate às Alterações Climáticas com a participação de todos os países, corrigindo as distorções introduzidas pelo Protocolo de Quioto. Deveríamos ter uma abordagem diferenciada para os países em desenvolvimento, introduzir flexibilidade e mecanismos que permitam compatibilizar a competitividade industrial e as políticas para o clima. O acordo de Doha sobre a Plataforma de Durban é pobre, pois restringiu-se praticamente ao calendário e a questões processuais. A Europa deverá delinear uma proposta sólida que contemple não só as preocupações com o clima, mas também a competitividade industrial e a segurança no abastecimento energético. A União Europeia deverá apresentar os princípios fundamentais para o futuro acordo a debater na próxima COP, de regresso a território Europeu, em Varsóvia”*. 

Carlos Coelho não quer mais atrasos no SIS II

(Sistema de Informação de Schengen)

O eurodeputado do PSD Carlos Coelho teceu várias acusações aos Estados-Membros e ao Conselho, no Plenário do Parlamento Europeu, em Estrasburgo, acerca dos constantes adiamentos da migração do SIS 1+ para o SIS II.

Intervindo no plenário sobre a SIS II, Carlos Coelho afirmou que *“o Sistema de Informação de Schengen é o instrumento mais relevante para a segurança do Espaço Schengen. É justamente considerado a espinha dorsal de uma Europa sem fronteiras e do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça”*.

Por isso, Carlos Coelho defendeu mais uma vez, no Parlamento Europeu, a necessidade *“de um reforço da segurança, que o SIS II proporciona ao garantir uma performance mais elevada, ao permitir a introdução de novos tipos de dados (como é o caso dos dados biométricos), de novos tipos de alertas, novas funcionalidades e uma utilização mais eficiente dos dados, por exemplo através da possibilidade de interligação dos dados. O SIS II proporcionará também um nível de protecção de dados mais rigoroso do que aquele que existe actualmente no SIS 1+”*.

Carlos Coelho alertou o Conselho e os Estados-Membros que *“este deveria ser o momento, em que deveríamos estar a realçar o facto de, após anos e anos de problemas e atrasos neste projecto, finalmente estarmos a ver o fim à vista, prevendo-se que a migração para o novo sistema possa começar em Janeiro e que o SIS II esteja operacional a partir de Abril”*, mas que *“por incrível que pareça, poderemos estar a enfrentar um novo atraso num sistema que devia ter estado operacional em 2007. Desta vez, não parece ser imputável à Comissão, mas vem da parte dos Estados-Membros, que sempre criticaram a Comissão ao longo dos últimos anos por todos os atrasos e pelos custos que tem acarretado quer*



para o orçamento comunitário, quer para os Estados-Membros”.

O Parlamento Europeu aprovou por larga maioria dois relatórios do eurodeputado português Carlos Coelho sobre a migração do Sistema de Informação de Schengen.

As propostas aprovadas pelo PE, a cargo do Relator Permanente do PE para Schengen, Carlos Coelho, garantem uma maior clareza jurídica e evitam despesas suplementares, ao determinarem que o quadro legal do SIS II deverá ser aplicado a partir do momento em que o primeiro Estado-Membro conclua a transferência, prevendo, igualmente, a possibilidade de co-financiamento comunitário de forma a garantir a migração atempada dos Estados-Membros.

“Numa Europa alargada a 27 Estados-Membros precisamos de um reforço da segurança, que o SIS II proporciona ao garantir uma performance mais elevada, ao permitir a in-

trodução de novos tipos de dados (como é o caso dos dados biométricos), de novos tipos de alertas, novas funcionalidades e uma utilização mais eficiente dos dados, por exemplo através da possibilidade de interligação dos dados”, afirmou o Relator na sessão de Estrasburgo.

O SIS II proporcionará também um nível de protecção de dados mais rigoroso do que aquele que existe actualmente no SIS 1+.

Carlos Coelho referiu ter introduzido *“alterações que permitem reforçar as normas relativas à protecção de dados, garantindo uma supervisão eficiente deste complexo processo e uma transição suave para o novo sistema” bem como “garantir que o Parlamento Europeu seja mantido informado durante todo o processo, sobre o resultado final e garantir a qualidade e exactidão dos dados, assegurando a eliminação de quaisquer dados que não tenham sido transferidos”*. 